

Construção da maturidade nas sociedades tradicionais do Brasil do passado

Eustógio Wanderley Correia Dantas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DANTAS, EWC. Construção da maturidade nas sociedades tradicionais do Brasil do passado. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 87-112. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Construção da maritimidade nas sociedades tradicionais do Brasil do passado

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Introdução

Thomaz Pompeu Sobrinho (1937), em trabalho sobre o Nordeste colonial, apresenta a lógica de organização do território fundada em três zonas etnogeográficas distintas: *Zona dos Vaqueiros* – zona de criação de gado a dominar a caatinga, se caracterizando pela predominância de Índios Tapuias e a exclusão quase total de negros; *Zona dos Engenhos* – produtora de cana de açúcar a ocupar os vales úmidos e a Serra do Mar, Zona da Mata principalmente. A presença de Negros é evidente nesta zona, mas nota-se também a presença

de Brancos e Índios Tupis; *Zona dos Pescadores* – situada nas Zonas de Praia, rodeadas de Dunas e Falésias. Nesta zona, o elemento indígena é o grupo majoritário, sendo os demais grupos representados igualmente.

Quadro singular em relação ao conjunto do Nordeste colonial apresenta-se no Ceará, estado a se inserir na quase totalidade do domínio da caatinga (93% de seu território atual), constituindo matéria prima fundante do processo de construção do que Djacir de Menezes denomina de O Outro Nordeste, marcado pela ausência da Zona da Mata e de qualquer zona de transição entre o Litoral e o Sertão. O citado domínio semiárido encampa unicamente duas zonas etnogeográficas: a dos vaqueiros (no *Sertão*) e a dos pescadores (no litoral), objeto de estudo em foco.

A Zona dos Pescadores dilui-se no litoral, do estado do Rio Grande do Norte ao Rio Ceará, com a presença marcante de Índios da família Tupi (Potiguaras) e deste ponto até a fronteira do Piauí, os Índios da família Tapuia (Tremembés). Trata-se de espaço ocupado quase que integralmente pelos Índios, exceto: a) nas zonas portuárias, cuja lógica das trocas estabelecida justificava a presença sensível de outros grupos étnicos; b) em vilas litorâneas do século XVIII, notadamente Fortaleza e Aquiraz.

Este gênero de ocupação justifica-se em virtude do litoral não se constituir em ponto de penetração, embora a ocupação inicial tenha dele partido. Neste espaço, aspectos tecnológicos, naturais e simbólicos o transformaram em impróprio à penetração, explicando desenvolvimento precário desta zona em relação ao interior, o *Sertão*.

No Ceará, o estabelecimento de portos no litoral, bem como reforço de cidades a controlá-los (Aracati com zona de porto situada a três léguas desta cidade e Sobral dominando os portos dos vilarejos de Camocim e Acaraú), resultam no fortalecimento do Sertão como zona produtora de carne seca e de outros produtos destinados ao mercado regional. A lógica de ocupação do litoral em foco associa-se, grosso modo, ao território da pesca, com paisagem característica das regiões semiáridas, nas quais a pesca reina de forma quase absoluta, associada a uma frágil agricultura de subsistência (plantio de mandioca, algodão e cereais...).

Como a ocupação do litoral semiárido dá-se predominantemente por grupos indígenas cuja labuta centrava-se na atividade da pesca, pode-se pensar na relação ou influência de uma sobre outra? Melhor dizendo, o

desenvolvimento da pesca relaciona-se a este gênero de ocupação indígena? Trata-se de questão a explorar, para compreender as características de ocupação destas zonas, se interrogando sobre a lógica de constituição da maritimidade indígena brasileira.

Ao considerar o quadro de ocupação engendrado pelo colonizador, não é de estranhar o impacto gerado pela atividade de criação de gado na comunidade indígena, desconhecadora deste gênero de prática, mas no caso da pesca o comportamento é diferenciado. No primeiro caso, da criação de gado, os Índios adaptaram-se a esta atividade. Aprenderam com o colonizador a lidar com o gado e incorporaram os produtos derivados à sua cozinha – leite e seus derivados, a carne... – e à produção de instrumentos derivados principalmente do couro. Assimilaram novas técnicas com os conquistadores que culminaram na constituição da denominada “Civilização do Couro”. (Abreu, 1960) No segundo caso, a pesca era praticada pelos Índios brasileiros antes da chegada dos Ocidentais. Consistia em prática relacionada à procura de alimentos e que tornava o mar atraente para a “humanidade primitiva”. (La Blache, 1995)

Familiaridade dos índios brasileiros com o mar

As relações dos Índios com os espaços ribeirinhos foram descritas pelos primeiros Ocidentais a frequentarem o Brasil no século XVI, tanto em documentos oficiais como em relatos de viagem a tratarem da pesca e dos instrumentos e equipamentos a ela associados.

O primeiro documento constando considerações desta natureza foi a carta escrita por Pero Vaz Caminha ao Rei de Portugal em 1500. Neste documento ele descreve as embarcações empregadas pelos indígenas na Baía de Todos os Santos, em Salvador:

e alguns deles [Índios] se meteram em almadias, duas ou três que ai tinham, as quais não são feitas como as que eu já vi ; somente são três traves atadas juntas. (Abreu, 1910)

Cinquenta anos após, dois relatos de viagem sobre o Brasil e o indígenas são publicados na Europa, fruto das investidas francesas no Brasil (1555-1560) e cuja riqueza descritiva concerne também ao domínio das relações dos Índios com os espaços ribeirinhos. A primeira obra escrita por André Thevet em 1557 e a segunda por Jean de Léry em 1578, relatando viagem feita ao Brasil em 1556. Trata-se de obras contemporâneas e representativas dos primeiros estudos de caráter etnográfico sobre o Brasil. Conforme Lestringant (1997), a primeira obra “representa um dos primeiros monumentos etnográficos do gênero” e, segundo Claude Lévi-Strauss (1994), a segunda obra é o “primeiro modelo de uma monografia de etnólogo”.

Na obra de André de Thevet (1997), intitulada “Les Singularités de la France Antarctique”, a atividade da pesca praticada por adultos e crianças no Rio de Janeiro é tratada, com descrição de seus equipamentos e forma de pescar.

Je ne veux pas passer outre sans particulièrement traiter du poisson qui se trouve en ce beau fleuve de Ganabara ou de Janaire, en grande abondance et fort délicat. Il y a diversité de vignots tant gros que petits: et entre les autres, elle porte une huître dont l'écaille est reluisante comme fines perles, que les sauvages mangent communément, avec autre petit poisson que pêchent les enfants. [...] Au reste, les plus grands pêchent aussi le grand poisson dont cette rivière porte en abondance. La manière de le prendre est telle, qu'étant tout nus en l'eau, soit douce ou salée, leur tirent coups de flèche, à quoi sont fort dextres, puis les tirent hors de l'eau avec quelque corde faite de coton ou écorce de bois, ou bien le poisson étant mort vient de soi-même sur l'eau.

A segunda obra, de Jean de Léry (1994), intitulada “Histoire d'un voyage en terre de Brésil” e que se caracteriza também como um dos expoentes da literatura de viagem no século XVI, é mais rica de ensinamentos que a de André Thevet. Descrevendo a forma de pescar dos indígenas, ele assimila aspectos de suma importância, notadamente a familiaridade dos Índios com o mar e o aperfeiçoamento de suas técnicas de pesca com a introdução de instrumentos e equipamentos ocidentais, mais particularmente do anzol de ferro.

A familiaridade dos Índios com o mar é sublinhada quando evoca sua forma de pescar:

[...] quant à la façon de pêcher des sauvages, faut noter sur ce que j'ay jà dit, qu'ils prennent les mulets à coups de flesches (ce qui se doit aussi entendre de toutes autres especes de poissons qu'ils peuvent choisir dans l'eau) que non seulement les hommes et les femmes de l'Amerique, ainsi que chiens barbetes, à fin d'aller querir leur gibier et leur pesche au milieu des eaux, sçavent tous nager : mais qu'aussi les petits enfants dès qu'ils commencent à cheminer, se mettans dans les rivieres et sur le bord de la mer, grenouillent desjà dedans comme petits canards. Pour exemple dequoy je reciteray brièvement qu'ansi qu'un dimanche matin, en nous pourmenans sur une plateforme de nostre fort, nous vismes renverser en mer une barque d'escorce [...] dans laquelle il y avoit plus de trente personnes sauvages, grans et petits qui nous venoyent voir : comme en grande diligence avec un bateau les pensans secourir, nous fusmes aussi tost vers eux : les ayans tous trouvez nageans et rians sur l'eau, il y en eut un qui nous dit, Et où allez-vous ainsi si hastivement, vous autres Mairs (ainsi appellent-ils les François) ? Nous venons, dismes-nous, pour vous sauver et retirer de l'eau. Vrayement, dit-il, nous vous en sçavons bon gré : mais au reste, avez-vous opinion que pour estre tombez dans la mer, nous soyons pour cela en danger de nous noyer ? Plustost sans prendre pied, ny aborder terre, demeurerions-nous huit jours dessus de la façon que vous nous y voyez. De maniere, dit-il, que nous avons beaucoup plus de peur, que quelques grans poissons ne nous traisnent en fond, que nous ne craignons d'enfondrer de nous-mesmes. Partant les autres, qui tous nageoyent voirement aussi aisément que poissons, estant advertis par leur compaignon de la cause de nostre venue si soudaine vers eux, en s'en moquans, se prindrent si fort à rire, que comme une troupe de Marsouins, nous les voyons et entendions souffler et ronfler sur l'eau. Et de fait, combien que nous fussions encor à plus d'un quart de lieuë de nostre fort, si n'y en eut-il que quatre ou cinq, plus encor pour causer avec nous, que de danger qu'ils apprehendassent, qui se voulussent mettre dans nostre batteau. J'observay que les autres quelques fois en nous devançans, non seulement nageoyent tant roide et si bellement qu'ils vouloyent, mais aussi quand bon leur sembloit se reposoyent sur l'eau. (Lery, 1994)

Esta agilidade no mar, similar àquela dos peixes, aparentemente impressiona Jean de Léry. Como homem tipicamente europeu era marcado, conforme a história das mentalidades, por imagens repulsivas do mar e que tornavam este lugar sinônimo de medo e que impediu durante longo período a aventura dos Ocidentais no mar, distanciando-se dos litorais.

O aspecto relacionado ao aperfeiçoamento de suas técnicas de pesca com a incorporação de instrumentos e equipamentos dos Ocidentais, é indicado por Jean de Léry (1994) ao fazer referência à forma de pesca antiga:

[...] pour donc parachever ce que j'avois à dire touchant la pescherie de nos Toüoupinambaults, outre ceste maniere de flescher les poissons, dont j'ay tantost fait mention, encor, à leur ancienne mode, accommodant des espines en façon d'hameçons, et faisants leurs lignes d'une herbe qu'ils nomment Toucon, laquelle se tille comme chanvre, et est beaucoup plus forte : ils peschent non seulement avec cela de dessus les bords et rivages des eaux, mais aussi s'advançans en mer et sur les fleuves d'eau douce, sur certains radeaux, qu'il nomment Piperis, composez de cinq ou six perches rondes plus grosses que le bras, jointes et bien liées ensemble avec des hars de jeune bois tors: estant di-je assis là-dessus, les cuisses et les jambes estendues, ils se conduisent où ils veulent, avec un petit baston plat qui leur sert d'aviron. Neantmoins, ces Piperis n'estans gueres que d'une brasse de long, et seulement large d'environ deux pieds, outre qu'ils ne sçauroyent endurer la tormente, encores ne peut-il sur chacun d'iceux tenir qu'un seul homme à la fois : de façon que quand nos sauvages en beau temps sont ainsi nuds, et un à un separez en peschans sur la mer, vous diriez les voyans de loing, que ce sont Singes, ou plustost (tant paroissent-ils petits) Grenouilles au soleil sur des busches de bois au milieu des eaux. Toutesfois parce que ces radeaux de bois, arrengez comme tuyaux d'orgues, sont non seulement tantost fabriquez de ceste façon, mais qu'aussi flottans sur l'eau, comme une grosse claye, ils ne peuvent aller au fond, j'ay l'opinion, si on en faisoit par deça, que ce seroit un bon et seur moyen pour passer tant les rivieres que les estangs et lacs d'eaux dormantes, ou coulantes doucement : aupres desquelles, quand on est hasté d'aller, on se trouve quelquefois bien empesché.

Or au surplus de tout ce que dessus, quand nos sauvages nous voyoyent pescher avec les rets que nous avions portées, lesquelles eux nomment Puissa-ouassou, ils ne prenoyent pas seulement grand plaisir de nous aider, et

de nous veoir amener tant de poissons d'un seul coup de filet, mais aussi si nous les laissons faire, eux seuls en sçavoient jà bien pescher. Comme aussi depuis que les François trafiquent par delà, outre les commoditez que les Bresiliens reçoivent de la marchandise qu'ils leur portent, ils les louent grandement de ce que le temps passé, estans contrains (comme j'ay dit) au lieu de hameçons de mettre des espines au bout de leurs lignes, ils ont maintenant par leur moyen ceste gentille invention de ces petits crochets de fer, qu'on trouve si propre à faire ce mestier de pescherie. Aussi, comme j'ay dit ailleurs, les petits garçons de ce pays-là sont bien appris à dire aux estrangers qui vont par delà : De agatorem, amabe pinda : c'est à dire, Tu es bon, donne moy des haims : car Agatorem en leur langage veut dire bon : Amabe donne moy : et Pinda est un hameçon. Que si on ne leur en baille, la canaille de despit tournant soudain la teste, ne faudra pas de dire, De engaiba-aiouca : c'est à dire : Tu ne vaux rien, il te faut tuer.

Relações dos índios com os espaços ribeirinhos e gênese das comunidades de pescadores no Ceará

Lamentavelmente, no Ceará e no Maranhão, a estada dos franceses não deixaram traços similares ao supramencionado. As únicas fontes relacionadas à cultura indígena são: as Cartas Oficiais, cujo principal objetivo era de informar sobre os recursos existentes nas capitânicas – exigência dos conquistadores governantes em conhecer sobremaneira o território e suas possibilidades de exploração (Alves, 1982) – ; as Cartas dos Missionários Jesuítas, cujos ensinamentos etnográficos eram raros (Pompeu Sobrinho, 1967). Corresponhia a preocupação de caráter essencialmente econômico ou evangélico. Os Ibéricos são conhecidos, com raras exceções, por “se privar do registro de informações de interesse antropológico”. (Pompeu Sobrinho, 1967)

Citada característica das fontes utilizadas reduzem as análises sobre o Ceará à constatação da indicação da atividade da pesca indígena e de utilização dos instrumentos e equipamentos ocidentais no século XVII.

O primeiro documento histórico constando estas informações é o documento intitulado “Relação do Maranhão”. Pequeno documento, escrito em 1608 pelo Pe. Luiz Figueira, representa, em função de sua antiguidade,

o mais importante da história do Ceará, constituindo-se em conjunto de notas geográficas sobre a zona costeira cearense e informações de caráter etnológico de extrema utilidade.

O Pe. Luiz Figueira (1967) escreve em diversos trechos sobre a pesca. Em parte de sua obra menciona saída de Índio à pesca:

tudo isto passou diante de hus mancebos que em sua casa se estavam apparelhando para ir pescar. E entre elles erão dous moços meus, mas como estes são salvagens em muitas cousas, não foram ja me avisar, mas forãose a pescare a tarde tornãdo vinhão cuidando e tendo pr certo q' me não acharião vivo. E chegando me disserão q' cuidavão q' me teria ja morto o cobra azul.

Em outra passagem menciona lugar de grandes pescarias:

depois de termos caminhado todo fev.ro chegamos aos 2 de março ao pará q'he hua muy fermosa e quite enseada que dista de jagoaribe trinta e cinco legoas pouco mais ou menos em a qual entrão tres ou quattro riachos de Agoa doce e outro rio caudal por hu espraído muy aprasível ; está esta enseada em altura de quatro grys e é de grandes pescarias ; aquy achamos aposentados os indios q' proximamente tinhão fogido aos portugueses cujo principal se chama acaiuy. (Figueira, 1967)

Em uma só ocasião, fornece indicações relativas à utilização, pelos Índios, de instrumentos e equipamentos Ocidentais:

vinhão estes pobres sem arcos nem frechas como fugitivos cativos vendo nos tomarão folego, e como ressucitados da morte a vida se alegravão cõ seus parentes ; pergunteilhe se tinhão os tapuyas noticias dos padres, responderão que si e q' desejavão m.to de yrmos a sua terra p q' costumavamos trazer ferramentas anzoes e roupas e q' a todos davamos o q' não fazião os brãcos ; em fim trazendoos cõ nosco nos partimos do Jagoaribe dia de Nossa Sra. Da Cãdeas, 2º de fev.º, depois de dizermos missa e comungarem alguns dos nossos.

O diálogo do aluno com o Índio é testemunho da valorização do anzol pelos indígenas. Em efeito trata-se de um dos instrumentos preferidos no

estabelecimento de trocas com os Ocidentais. Pode-se afirmar que constituía importante produto de troca e que os jesuítas levavam consigo para assegurar entendimento com os Índios – da mesma forma que os franceses faziam no Rio de Janeiro na época de Jean de Léry.

A falta de informações étnicas que caracteriza os documentos ibéricos é constatada igualmente no que concerne aos Holandeses em sua estada no Ceará (1649-1654). Seguindo o exemplo anterior, eles procedem a considerações superficiais em relação à atividade da pesca e dos instrumentos e equipamentos empregados pelos Índios, sem realizar descrição detalhada.

Mathias Beck (1903) é o autor de texto mais representativo, seu *Journal en andere bescheyden van Mathias Becke cyt Siara*. Neste documento faz referência a Índio a pescar em sua jangada, referência superficial sem tratar das características da embarcação e da forma de pescar:

por volta de 8 horas quando iamoz fazer a prece habitual, avistamos perto do rio Siara uma embarcação manobrando para entrar no mesmo rio, e estando em duvida se seria algum barco do Recife com ordens dos Nobres e Poderosos Senhores ou alguma embarcação portugueza, resolvi enviar immediatamente ao seu encontro o hyate Ulissinge, dando-lhe mais alguns marinheiros e um sargento com 12 soldados, para caso fosse portuguez, poder apresal-o ; ao mesmo tempo mandei por terra ao Siara, o meu escrivão Daniel Albaert com 2 soldados, com ordem de, cazo fosse algum dos nossos barcos do Recife, assim que o capitão desembarcasse, trazel-o junto a mim ; o referido escrivão alli chegando não pode mais ver a embarcação, porem, depois de meia hora de espera, foi ter com elle um indio que estivera no mar pescando na sua jangada (singael), o qual referiu-lhe que a mencionada embarcação estava sobre ancora ao norte do rio Siara em uma grande bahia ; a vista disto o referido Daniel immediatamente seguiu na direção indicada, com mais 3 hollandeses e 2 indios, atravessam o rio na jangada e, marchando ao longo da praia, ao dobrar uma ponta viu de facto o barco ancorado e largando um bote ; afastou-se o escrivão da praia com a gente que o acompanhava e foi occultar-se por traz das dunas proximas, enquanto o bote aproava para terra ; um dos indios ergueu então um bastão as suas calças de panno branco e agitou-as para o bote cujos tripulantes começaram a remar para o sitio onde se achava.

As considerações sobre os indígenas versavam principalmente sobre a participação dos mesmos na perseguição aos inimigos dos conquistadores, figurando em vários documentos antigos. A título de exemplo, transcreve-se passagem de documento no qual Mathias Becke (1903) descreve a captura de uma embarcação inimiga pelos Tremembés.

logo depois chegaram duos indios e uma india vindos de Camorisiby, os quaes referiram haver encontrado em caminho o principal Francisco Aragiba, que prosseguiu na sua viagem ; disseram mais que em Camorisiby tudo ia bem, tendo este anno sido feitas boas roças e plantações ; que os Tapuyas Tremembes ali viviam em boa amizade com os Tabajaras ; que em Camorisiby nenhum portuguez fôra visto e que os portuguezes não iriam ali facilmente, porquanto, ha alguns mezes, quando ali foram os Tapuyas Tremembes, mettidos nas suas grandes canôas, surprehenderam a embarcação, assenhorearam-se della e mataram todos os tripolantes ; em consequencia deste facto a longo tempo ali não apparece embarcação alguma.

Considerações sobre os primeiros anos da pesca sublinham a familiaridade dos Índios com o elemento líquido. A prática evidenciada é completamente diferente daquela implementada na Europa, na qual os banhos de mar dispunham de virtude terapêutica e a natação representava um desafio corajoso lançado pelos homens, ambas dispendo do pressuposto medicinal rigoroso.

No Brasil, a imagem apresentada é a de uma brincadeira na qual participavam todos os elementos da sociedade, homens e mulheres, adultos e crianças. Uma brincadeira à qual não se associava a normalização médica, dado a tornar a relação com o mar livre, sem medos, reticências e hesitações.

Em função de seu comportamento em relação ao elemento líquido, sem grandes dilemas – exceto o medo de ser capturado por um grande peixe -,¹ os Índios assemelhavam-se, segundo Jean de Léry (1994), a um grupo de golfinhos.

¹ No concernente a este tema os índios alimentavam a crença da existência de peixe com mãos e face semelhantes à dos humanos e que eles poderiam capturá-los no mar. O primeiro comentário deste gênero se encontra na obra de Jean de Léry (1994): “au surplus, sur ce propos de la pescherie des sauvages, je ne veux pas ommetre de reciter ce que j'ay ouy dire à l'un

Tal agilidade na água e ligação ao elemento aquático tornou difícil o trabalho dos jesuítas em evangelizá-los, notadamente ao tentarem introduzir a indumentária ocidental. Os Índios habitualmente e frequentemente se banhavam para amenizar os efeitos da temperatura, dado a indicar as vestimentas como um empecilho aos banhos agradáveis tomados durante todo o dia.

Comentários emitidos por memorialistas brasileiros contemporâneos apresentam quadro diferenciado e cuja comprovação torna-se difícil, haja vista a não indicação das fontes originárias de suas informações e nenhuma menção localizada nos documentos históricos. Remetendo à habilidade dos Índios Tremembés na pesca do tubarão, temos Yaco Fernandes (1977) e Raimundo Batista Aragão (1991). Para eles, os citados Índios frequentemente realizavam caminhadas nas zonas praianas, lá se acomodando e dormindo, em suas areias brancas. Tratavam-se, para eles, de excelentes nadadores, caçadores hábeis e, na pesca, capturavam tubarões com a utilização de flechas de duas pontas. A indicação desta habilidade conduziu Melquíades Pinto Paiva (1968) a formular a hipótese não comprovada de que os Índios cearenses praticavam a caça ao Cachalote. Conforme o referido autor, esta atividade alimentava o comércio de âmbar com os traficantes que frequentavam o litoral.

Entretanto, convém ressaltar que a indicação de intimidade dos Índios com os ambientes ribeirinhos, bem como o domínio de técnicas possibilitadoras da produção de instrumentos e equipamentos associados à pesca, não nos deve conduzir a caracterizar estas sociedades como essencialmente marítimas. A distinção das sociedades tradicionais² em marítimas e

d'iceux : assavoir que comme avec d'autres, il estoit une fois en temps de calme, dans une de leur barque d'escorce assez avant en mer, il y eut un gros poisson, lequel la prenant par le bord avec la patte, à son advis, on la vouloit renverser, ou se jeter dedans. Ce que voyant, disoit-il, je lui couppay soudainement la main avec une serpe, laquelle main estant tombée et demeurée dans nostre barque, non seulement nous vimes qu'elle avoit cinq doigts, comme celle d'un homme, mais aussi de la douleur que ce poisson sentit, monstrant, hors de l'eau une teste qui avoit semblablement forme humaine, il jetta un petit cri. Sur lequel recit, assez estrange de cest Ameriquain, je laisse à philosopher au lecteur, si suivant la commune opinion qu'il y a dans la mer de toutes les especes d'animaux qui se voyent sur terre, et nommément qu'aucuns ont escrit des Tritons et des Sereines".

- 2 Conforme Jean-René Trochet (1998), a expressão sociedades tradicionais deve sua criação ao deslocamento do campo de interesse geográfico para a etnologia após a segunda guerra

agrárias se fundamenta na noção de sedentarização. A partir do momento no qual estas sociedades se fixam em um ponto específico do espaço elas podem ser classificadas como essencialmente agrárias ou marítimas. Somente nestes termos são forjadas as identidades diretamente associadas ao mar, bem como a construção de formas a elas associadas: vilarejos, portos, fortes...

No ocidente trabalha-se com a tese de que as sociedades tradicionais são essencialmente continentais (interioranas-agrárias). Essa tese abarca, inclusive, as sociedades insulares, cujos habitantes são caracterizados como agrários. Neste sentido, Françoise Peron afirma que “até início deste século [século XX], as comunidades cuja identidade reconhecida é diretamente ligada ao mar, eram pouco expressivas. [...] As ilhas, por exemplo, eram habitadas por sociedades essencialmente agrárias”. (Peron, 1996)

Benoît Raoulx (1996) reforça a tese acima ao escrever sobre as ilhas “Féroé”. com indicação de “situação aparentemente paradoxal: o mundo de representações, cuja simbologia agrária obtém papel de destaque”. Miguel Seguí Llinas (1996) justifica esta caracterização como resultante: a) tanto da morfologia do litoral, uma realidade física a influenciar a sociedade que habita as ilhas – “se o litoral é hospitaleiro, o insular se aproxima tendencialmente da costa, construindo suas cidades e fundando seus portos, nutrindo relações regulares com outras regiões litorâneas”. Neste caso, “o mar, torna-se ligação e via de comunicação, captando riqueza”. Em oposição, “se o litoral é acidentado, dispondo de altas falésias, se a montanha toca abruptamente o mar, ou ainda se insalubres pântanos acompanham as áreas ribeirinhas, o insular tende a dar-lhe as costas e a estabelecer-se no interior”. Neste caso “o mar não mais se apresenta como uma ligação, se torna uma barreira, uma fronteira a isolar”; b) como das relações de força entre as sociedades insulares e das ribeirinhas vizinhas – segundo a época, “o mar pode também ser a via de expansão do conquistador e comercial e aquela a partir da qual, inversamente, o mal provém; aquele a

mundial. Após se interessarem tanto às suas sociedades originárias como às exóticas, os etnólogos denominaram as primeiras de sociedades tradicionais; em seguida a expressão designa progressivamente o conjunto das sociedades existentes antes da crise do período contemporâneo. O conceito de sociedade tradicional torna-se de fato um conceito histórico e geográfico.

trazer os navios do invasor a quem se deve submeter”. No Brasil, Diegues (1998), dedica atenção especial à análise da sociedade insular, cujo elemento constituidor são as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas face ao mar: “obstáculo, e também caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e de representações simbólicas”.

Esta divisão dicotômica, a apresentar de um lado as sociedades marítimas e de outro as sociedades agrárias, é válida principalmente no Ocidente, mais sua aplicação não convém ao Brasil, posto os indígenas disporem de forte mobilidade. O nomadismo exprime sobremaneira o nível de dependência em relação ao meio, justificando deslocamentos frequentes na procura de alimentos, haja vista a pesca, a caça e a agricultura desenvolvida não fornecerem, individualmente, quantidade de produtos suficiente à alimentação da tribo.

Nestes termos, os movimentos migratórios das tribos indígenas a habitarem o litoral no sentido do continente (principalmente o *Sertão*) e no sentido contrário eram comuns em certas épocas do ano. Como exemplo os Cariris, habitantes do *Sertão* na época de Martim Soares Moreno (século XVII), a se deslocarem durante os meses de outubro e novembro ao litoral e no sentido de escapar aos rigores do clima semiárido e desfrutar da safra do caju, bem como dos frutos do mar abundantes na área. (Moreno, 1905) Os Tremembés, habitantes do litoral, se deslocavam durante o inverno para o interior em busca de mel e de frutos silvestres na Serra de Uruburetama. (Pompeu Sobrinho, 1967)

A citada mobilidade é reforçada por razões místicas, correspondendo à busca da Terra Sem Mal e que gerava um fluxo no sentido Norte. Tal mobilização culminou na expulsão das tribos menos belicosas para o interior, dado acentuado com a ocupação da Zona da Mata pelos Ocidentais. A título de exemplo tem-se a expulsão dos Cariris, antigos habitantes da zona de praia no Ceará (do Rio Grande do Norte ao rio Ceará), por Índios da família Tupi a fugirem dos lusofônicos.

O grau de desenvolvimento material destes grupos, associado a aspectos de ordem cultural-religiosa (simbólicas), são substratos impeditivos da sedentarização e, conseqüentemente, de sua caracterização como sociedades essencialmente marítimas ou agrárias.

Os primeiros grupos sedentários se constituem somente com o deslanche do processo de sedentarização adotado pelos portugueses, a utilizarem-se de apoio fundamental de mestiços e índios aliados.

As comunidades de pescadores localizadas nas zonas de praia são tributárias desta política. Esta zona não foi marcada pelo latifúndio, reflexo da divisão do território brasileiro em sesmarias, e cuja implementação se deu em áreas economicamente exploráveis. Nestes termos, e em função de suas características naturais e estratégicas, as zonas de praia interessavam somente aos governantes portugueses preocupados com provável invasão estrangeira, das nações inimigas. Elas permaneceram à parte dos espaços dominados pelos Senhores de Engenho e Coronéis.

Preocupada na efetivação de uma lógica de ocupação do litoral a não gerar obstáculo à defesa da colônia, a Coroa portuguesa cria jurisprudências sobre a ocupação das marinhas.³ A primeira figura na Carta Real de 12 de novembro de 1698, que estipula pertencerem estes terrenos ao Rei, único responsável (através de seus representantes) da determinação de seus usos possíveis. (Abreu, 1997)

A *priori*, esta regulamentação não impedia o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal nas *marinhas*, sendo, de certa forma, admitida pelo governo. Esta abertura à exploração centrada na pesca suscita o surgimento e o fortalecimento das primeiras comunidades de pescadores na zona de praia. Estas comunidades são originárias, principalmente, dos antigos grupos indígenas a frequentarem o litoral e cuja fixação resultou tanto de aspectos judiciários como das inovações tecnológicas assimiladas do Ocidente.

No primeiro domínio, o judiciário, assiste-se à constituição de uma estrutura fundiária pautada na propriedade privada e que provoca o fim dos deslocamentos sazonais à procura de alimentos, notadamente a coleta de frutos e mel, mas também a caça.

No segundo domínio, das inovações tecnológicas, observou-se processo de aperfeiçoamento das embarcações de pesca (notadamente as jangadas), bem como assimilação de equipamentos e instrumentos de origem oci-

3 Terrenos denominados de salgado, os quais são atingidos pelo mar somente nos momentos das marés mais altas. (PORTO, 1965)

dental (o anzol, as redes...), que favorecem o desenvolvimento das comunidades marítimas. Embora não existam relatos sobre o evidenciado, mais especificamente no concernente à invenção das jangadas (Figuras 1 e 2), suas características estruturais nos induzem a pensar em almadias indígenas aperfeiçoadas com a introdução de velas triangulares e de outros equipamentos de navegação.

Refere-se aqui a um arsenal técnico de conhecimento dos Ocidentais que aprimoram o *savoir-faire* dos Índios, causa e consequência direta da implementação de lógica de sedentarização dos grupos indígenas a habitarem as zonas de praia. As citadas trocas são reforçadas e enriquecidas por fenômeno de miscigenação intenso, no qual o elemento vindo do *Sertão* soma-se àquele do litoral: a ressaltar, sobretudo, os elementos mestiços do Índio com o Homem Branco, a fugirem das intempéries naturais (a seca que suscita a fome) e encontrarem refúgio nas comunidades de pescadores das zonas de praia.

Convém ressaltar que esta miscigenação não apaga as representações dominantes do elemento indígena. Primeiro, constata-se a hegemonia no domínio dos mitos e crenças herdados e que marcam fortemente as comunidades de pescadores, oferecendo um sentido e respondendo a seus temores em relação ao mar. Segundo, estas comunidades conformam-se como sociedades de subsistência.

No que tange aos mitos a exprimirem o medo dos Índios em relação ao mar, assinala-se o dos homens marinhos, inicialmente mencionado por Jean de Léry (1994) no século XVI, e retomado por Gabriel Soares de Sousa (1974) no século XIX, em seu tratado descritivo do Brasil de 1578.

Conforme este cronista,

[...] não há dúvida senão que se encontram na Bahia e nos recôncavos dela, muitos homens marinhos, a que os índios chamam pela sua língua ipupia-ra, os quais andam pelos rios d'água doce pelo tempo do verão, onde fazem muito dano aos índios pescadores e mariscadores que andam em jangadas, onde os tomam, e aos que andam pela borda da água, metidos nela; a uns e outros apanham, e metem-nos debaixo d'água, onde os afogam; os quais saem à terra com a maré vazia afogados e mordidos na boca, nariz e na sua natura; e dizem outros índios pescadores que viram tomar a estes mortos

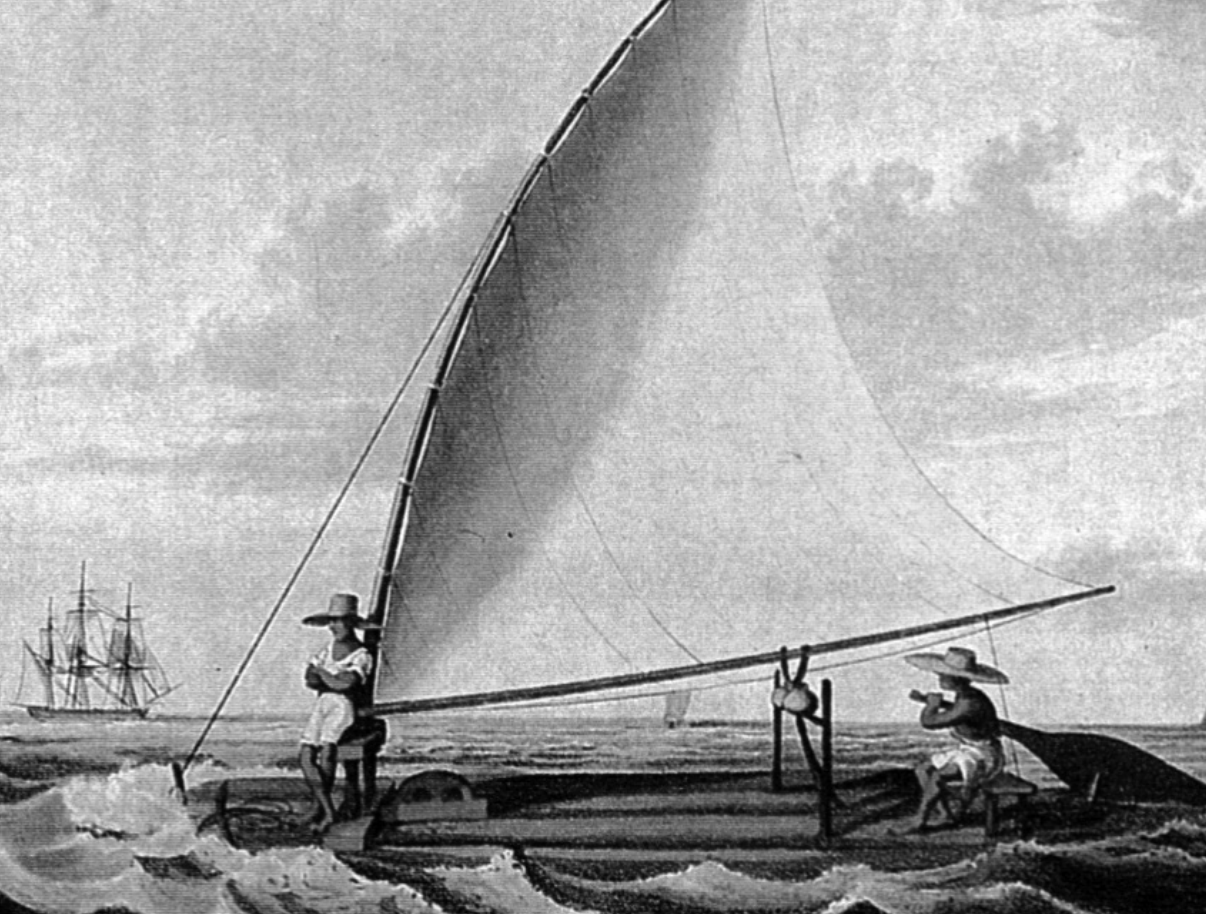


Figura 1: Jangada I

Quadro de Henry Koster, viajante a frequentar o Nordeste do Brasil em 1809.

que viram sobre água uma cabeça de homem lançar um braço fora dela e levar o morto; e os quais viram se recolheram fugindo à terra assombrados, do que ficaram tão atemorizados que não quiseram tornar a pescar daí a muitos dias; o que aconteceu também a alguns negros da Guiné; os quais fantasmas ou homens marinhos mataram por vezes cinco índios meus; e já aconteceu tomar um monstro destes dois índios pescadores de uma jangada e levarem um, e salvar-se outro tão assombrado que esteve para morrer; e alguns morrem disto. (Sousa, 1974)

Ao invocar os Índios pescadores, o autor evidencia que o processo de sedentarização não vai apagar os mitos indígenas do século XVI. Ao con-

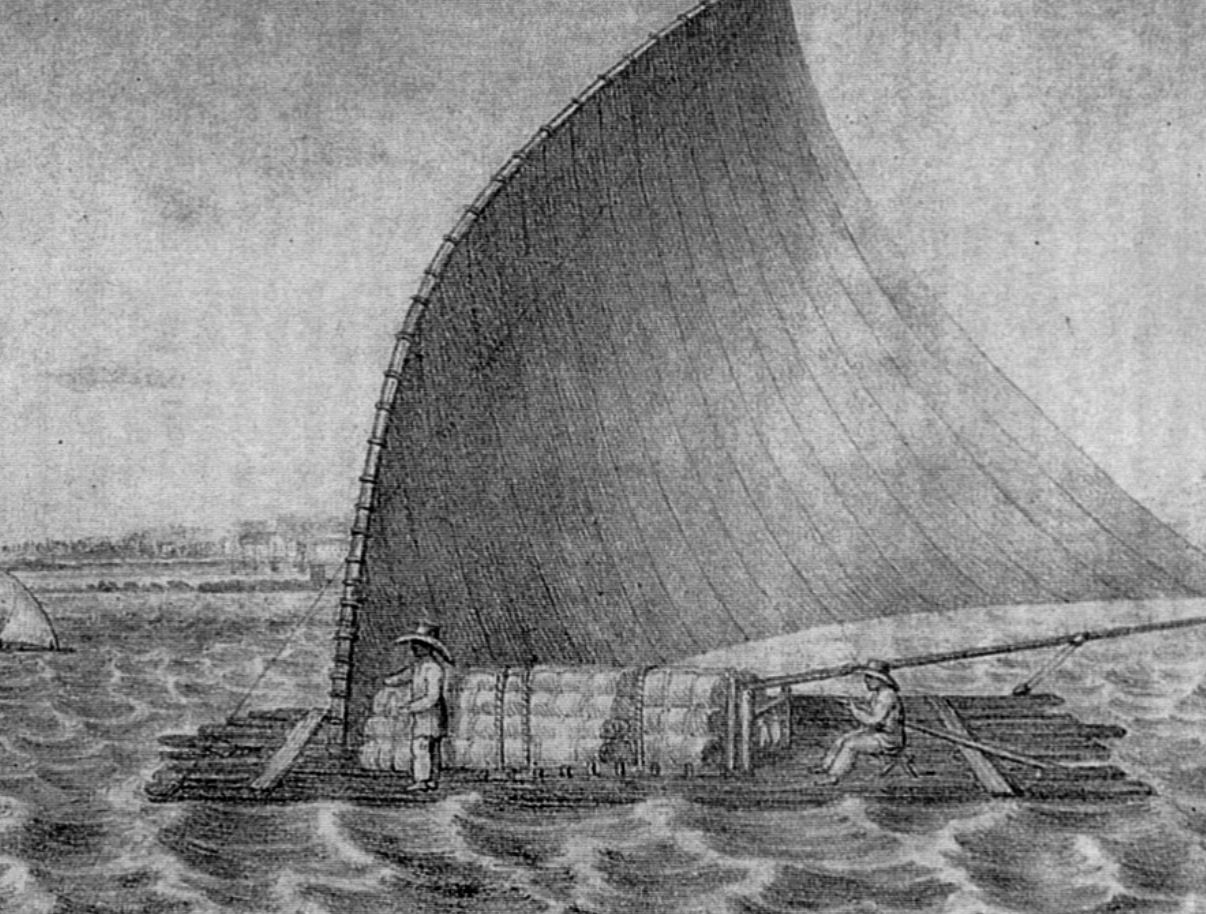


Figura 2: Jangada II
Quadro de James Henderson, diplomata em visita ao Brasil entre 1819-1821.

trário, estes mitos constituem uma herança deixada àqueles que desenvolvem a pesca.

Quanto a sua constituição como sociedade de subsistência, implica, grosso modo, a reprodução do estilo de vida indígena, a criar quadro comportamental e social desprovido das vicissitudes do mercantilismo. Eles pescavam quase exclusivamente para alimentar suas famílias, prática corrente que lhes conduz à estereotipação marcante de preguiçosos, a exemplo de seus pares, os Índios.

As comentadas comunidades de pescadores espalham-se em todo litoral, representando modelo de ocupação do espaço peculiar e fundado

principalmente na pesca. Esta atividade engendra a criação de comunidades marítimas na essência, inclusas inclusive nas regiões vizinhas de Fortaleza. Nesta cidade, elas constituem o gérmen de formação dos vilarejos do Mucuripe e Meireles (atualmente integrados à zona urbana da capital).

A predominância da pesca nas regiões litorâneas vizinhas da capital conduziu João Brígido a falar de Fortaleza como “pequenino arraial de pescadores, onde residia o capitão-mor governador, alguns mercadores portugueses, e uma pequena força destacada de Pernambuco”. (Brígido, 1910)

Em efeito, trata-se de leitura exagerada, posto Fortaleza ser, já a esta época, a capital administrativa do Ceará, embora cidade pobre e sem grandes dimensões econômicas. Esta condição cria um quadro complicado a gerenciar, posto os governantes, para garantir a alimentação dos cidadãos, necessitavam submeter as zonas vizinhas, dentre elas a dos pescadores.

Este ensaio de dominação passava pela instauração de uma regulamentação jurídica, como iniciativa do Conselho Municipal, buscando garantir a sobrevivência das populações com venda de farinha regulamentada e taxaço da carne. Para João Brígido (1979), esta regulamentação era vexatória e encampava também as pescarias bem como o consumo de peixe, nos termos da ordenança de 26 de outubro de 1811, em seus parágrafos 1º, 2º e 3º:

- 1º - que todos os jangadeiros serão obrigados todos os dias a ir pescar com suas jangadas ao mar e isto a horas competentes, salvo quando o tempo for tal, que eles de força não possam ir ao mar, debaixo das penas de 30 dias de cadeia, cada um dos jangadeiros.
- 2º - que para execução deste artigo primeiro, elegem e determinam que um dos jangadeiros de mais porte e capacidade seja cabo, a quem todos os outros jangadeiros respeitarão e obedecerão, como oficial de justiça, ficando este cabo obrigado a fazer sobreditos jangadeiros irem pescar no mar, assim como pertence também a este cabo decidir se os ventos e o tempo são favoráveis ou não à dita pescaria, para que a Câmara lhe mandará passar o seu alvará e gozará de todos os privilégios e imunidades de que gozam os meirinhos, com declaração porém que toda omissão que tiver sobredito cabo no seu officio será castigado com 30 dias de prisão e desde já

nomeiam para cabo dos jangadeiros Antonio Raimundo do Nascimento, etc.

3º - que, primeiro que se sirva na repartição do pescado a todo público, se tirará com preferência para o governador da capitania, para o ouvidor estando na vila, para os vereadores e procurador do conselho e almotacés, para os deputados das juntas, para o vigário da freguesia e capitão-mor e todos os mais empregados em ofícios de fazenda ou justiça e igualmente para todos os oficiais de tropa de linha.

Esta regulamentação reduzia os pescadores “a uma condição quase servil” (Brigido, 1979), o que questionava fundamentalmente seu estilo de vida, fundado em quadro comportamental e social que escapava à racionalidade mercantilista. Esta prática corrente respondia às demandas da comunidade de pescadores, mas criava problemas ao abastecimento de peixe nas cidades.

Considerações finais

O desenvolvimento da pesca suscita formação de importante zona etnográfica no Brasil, contando com a presença de vilarejos de pescadores com suas habitações e presença de materiais associados a esta atividade, notadamente as *jangadas*.

Com raízes associadas à época do Brasil colonial, esta zona etnográfica apresenta-se como “rugosidade” inscrita na paisagem litorânea e que se beneficiou de uma lógica de defesa do território empreendida pelas forças armadas e a encorajar críticas relativas ao imaginário social reinante no Sertão.

Com adoção de uma lógica de defesa do território, observa-se a criação de estratégia geopolítica de defesa do litoral brasileiro a atingir a zona costeira e implicar em sua animação e dinamização. Tal quadro culmina na indicação de uma intercomplementaridade entre as imagens, vinculadas ao Sertão e ao Litoral, na construção do imaginário social nordestino. Estas imagens são representativas de relações específicas estabelecidas entre os

homens e destes com o meio, quadro que subtende o imaginário social de estados como o Ceará, cujas características peculiares justificam papel de destaque no presente trabalho (como contraponto à análise empreendida sobre o Nordeste brasileiro). A primeira imagem, do Sertão, trabalhada por Djacyr de Menezes (1995), remete ao outro Nordeste. A segunda imagem, do litoral, representa a tendência mais poética: imagem fundada no olhar romântico dos viajantes, dos poetas e escritores vis-à-vis os habitantes a se aventurarem em suas jangadas nas águas de um mar perigoso.

Gustavo Barroso (1979) externa de forma singular esta intercomplementaridade. Em estudo sobre a cultura sertaneja (*Terra de Sol*), que o tornou célebre nacionalmente, retorna à cena literária publicando livro consagrado à maritimidade: “Praias e Várzeas”.

Em virtude de sua larga experiência de vida no Sertão e no Litoral, Gustavo Barroso sente a necessidade de revelar seu amor pelo mar. Conforme o citado:

A impressão do Sertão não poderia suplantar aquela do mar. Se meu primeiro livro, *Terra de Sol*, representa as recordações da adolescência banhada pelo sol do Sertão, no segundo, *Praias e Várzeas*, o mar intervém e reclama sua parte, precisamente a metade. (Lima, 1967).

A publicação de obra consagrada ao mar, *Praias e Várzeas*, em 1915 (três anos após *Terra de Sol*), representava uma sorte de reconciliação do marinheiro Gustavo Barroso com o mar. (Campos, 1988) Tal tomada de consciência suscita inúmeras descrições consagradas à saga dos pescadores – personagens heroicos a adentrarem no mar em suas jangadas frágeis e no sentido de garantir sua reprodução e da família – e à paisagem tipicamente litorânea – na qual a presença majestosa da jangada, quebrando as ondas do mar cor de esmeralda ou repousando nos portos de areia branca, é marcante. As descrições apresentam quadro complexo centrado na figura do pescador, um homem livre e não marcado pelas mazelas do *Sertão*: o latifúndio, a seca, a fome...

Perfil característico do início do século XX é indicado por Gustavo Barroso (1979) através de seu personagem *Matias Jurema*, velho pescador do Meireles:

somente o mar o atraía e a terra ele desprezava por sua ingratição. Ah! Ela era miserável e covarde. A sua vingança estava na sua impassibilidade. Não tinha cólera a sua inércia. O mar, não. Esse quando tinha raiva, escapelava-se furioso e jogava os grandes navios sobre os rochedos e despedaçava as jangadas no abraço de uma onda. A sua cólera pintava-se na sua face, à luz do sol, à luz da lua e ao negror das trevas. E com ele o jangadeiro afoito aceitava a luta. Era o combate da inteligência contra a força e contra a ligeireza. A terra, essa estendia-se plana, calada e concentrada. Levava anos para dar um fruto, meses para produzir uma fécula. Tinha-se de esburacá-la com pás e enxadas, para se arrancar alguma cousa. Parece que dava esmolos. O seio largo do mar estava aberto a todo mundo. Era inesgotável. Todos os seus tesouros lá estavam para quem tivesse ânimo de ir buscá-los. Enquanto o seu rosto enrugava-se de cólera formidável, o seu seio mantinha-se fundo e calmo. E como seu coração se dilatava jubiloso ao perder a terra de vista, quando sobre sua cabeça arqueava-se a cúpula iluminada do céu e aos seus pés estendia-se o chamalote movimentado das vagas.

Sobre a terra avara e esmolando as águas do céu, os seus avós tinham vivido curvados a procurar alimento. Dela migraram famintos e esquálidos, numa época terrível de sol e de seca. Vieram procurar a vida e acharam com facilidade sobre as jangadas, na planície líquida do mar. Ele nascera e se criara naquela vida rude. Um dia sua mãe herdara nos morros do Meireles uma posse de terra. Foi a sua desgraça. O seu filho mais velho nela trabalhou como negro cativo e um dia viu-a passar por uma hipoteca vencida às mãos dos Levis, uns judeus de Fortaleza. De desgosto e acabrunhamento adoeceu e se finou.

Esta tomada de consciência em relação ao marítimo permite formação do olhar dos contemporâneos de Gustavo Barroso, lhes mostrando um mundo próximo e ao mesmo tempo diferente do *Sertão*. Tal educação do olhar se situa no plano de fundo das novas atitudes da sociedade face ao elemento líquido.

A presente aproximação mediada na literatura por Gustavo Barroso (seguindo passos de Manoel Oliveira Paiva no século XIX) se efetua lentamente no cotidiano das pessoas, provavelmente devido à origem continental de seus contemporâneos, seres vindos do Sertão e pouco habituados com

o litoral, dado que explica o processo demorado de aproximação dos habitantes e de Fortaleza (da cidade) em relação ao mar.

O movimento de tomada de consciência no domínio literário permitiu incorporação lenta e gradual das praias com o desenvolvimento das práticas marítimas modernas interiorizadas pelas classes abastadas, especificamente os banhos de mar, os passeios na praia e a vilegiatura marítima.

Nestes termos, é compreensível entender como obra de Manoel de Oliveira Paiva (1971), *A Afilhada*, não foi reconhecida com justeza à sua época. O citado estudo mostrava, no final do século XIX, uma “Fortaleza marítima, preocupada em ver e sentir o mar” (Campos, 1996), e distanciando-se de outros trabalhos cuja meta era a de homogeneizar o espírito das pessoas conforme a matriz sertaneja.

Manoel de Oliveira Paiva (1971) descreve uma cidade não apreendida por seus compatriotas. Apresenta uma cidade marítima com belas descrições da paisagem litorânea. Paisagem composta por dunas brancas e praias de areia fina, de matas verdes de coqueiros e cajueiros, bem como de um mar rico em peixes. O citado quadro natural possibilitava o estabelecimento de importante comunidade de pescadores, com instituição de um território da pesca e no qual alguns viviam da colheita de frutos e de uma pequena agricultura de subsistência. Os autóctones, embora encontrados à distância da cidade, viviam em contato com aqueles a manterem chácaras ou sítios na praia e/ou a se aventurarem nestas paragens para se tratar (práticas terapêuticas associadas às benesses curativas da água do mar e da ambiência litorânea). (Dantas, 2011)

Estes contatos são evocados pelo citado literato através de personagem tomada por sentimento de curiosidade, Maria das Dores.

Subiam à Maria das Dores desejos de largar-se por ali afora, curiosamente, como se por trás de cada morro se preparassem novas paisagens, como se novas praias beirassem outros mares e regiões de outra natureza. Arrancharia nas povoações plantadas de coqueiros, nos arraiais de pescadores, nas palhoças metidas na areia como no gêlo a cova dos esquimós; espriaiar-se-ia como aquelas ondas de mar, de vento, de céu, de poeira nevada.

A terra parecia findar-se na duna enorme da ponta do Mucure, de onde des-
cia uma alvura vagamente corada pelos tons das nuvens.

Sob o fundo dos coqueiros da povoação, viam-se branquejarem as velas das
jangadas empoleiradas no sêco e nas saídas da pesca: um acampamento
de alvas barracas pontuadas no poeiramento do crepúsculo. A praia vinha
acompanhada, longe, de uma linha escura de matos e de sítios, aqui figindo
para trás de um morro de pó, ali aparecendo como os cabelos de uma calva
incompleta. E uma duna, de cimácio quase reto, encostando no escuro anil
do Sul, era como o dorso de um oceano leite.

Da areia porejava uma frescura confortativa. Porém, as educandas não che-
garam à povoação. A irmã disse que já estavam muito afastadas do Meireles,
e que era preciso voltar. Descansaram nuns botes, jangadinhas a remo para
um só tripulante. Maria da Dores, com a Irmã, sentaram-se no banco do
remeiro. Veio-lhe de súbito um desejo de ir-se naquela jangadinha pelo mar
adentro, e puxou a sua ex-preceptora a conversar sôbre viagens. A france-
sa tomou bondosamente a palavra. Maria nem enxergava um peixeiro que
passava para a cidade, ao acostumado trotezinho, de calão acarregado aos
ombros, e passou-lhe despercebida a vaia que as outras deram num menino
muito sujo que ia com uma carga de côcos, escanchado entre os cassuás
penosamente suportados por um mísero cavalo que procurava instintiva-
mente a areia endurecida pelo malho das ondas. (Paiva, 1971)

Com evocação da presente banhista, originária de Fortaleza, Manoel
de Oliveira Paiva (1971) reconstitui atmosfera característica das zonas de
praia do final do século XIX através da descrição de dois tipos de práticas
diferenciadas, uma associada à sociedade de lazer (cujos primeiros movi-
mentos são perceptíveis nesta época) e outra às sociedades tradicionais
(a induzir os homens a se aproximar do mar em busca de alimentos e a
explorar os recursos oferecidos pelo meio).

Em cena na qual as banhistas satirizam um vendedor de cocos, Manoel
de Oliveira Paiva (1971) pinta atmosfera que, embora não harmoniosa,
possibilita uma coabitação, consequência de fraca taxa de urbanização
(concentrada na zona portuária e entorno) a permitir o desenvolvimento
da atividade pesqueira nas praias do município de Fortaleza.

Referências

- ABREU, José Capistrano de. Vaz de Caminha e sua carta. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo 24. Fortaleza: 1910.
- ABREU, José Capistrano de. **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960.
- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Iná Elias de Castro et al. (Org.), **Explorações Geográficas - percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1964.
- ALVES, Joaquim. **História das Secas** (séculos XVII a XIX). Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CCXXV, 1982.
- ARAGÃO, Raimundo Batista. **Índios do Ceará e topônimos indígenas**. Fortaleza: Ed. Barraca do Escritor Cearense, 1991.
- BARROSO, Gustavo. **Praias e várzeas: alma sertaneja**. Organização, Atualização ortográfica, Introdução crítica, Bibliografia e notas de Otacílio Colares. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Letras/José Olympio, 1979.
- BECK, Mathias. Journael en andere bescheyden van Mathias Becke cyt Siara. Trad. Alfredo de Carvalho. In: **Revista do Instituto do Ceará**, tomo 17. Fortaleza: 1903.
- BRIGIDO, João. A Capitania do Ceará: seu comércio. In: **Revista do Instituto do Ceará**, t. 24. Fortaleza: 1910. [1^{ère} édition - 1982].
- BRIGIDO, João. **A Fortaleza em 1810**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.
- CAMPOS, Eduardo. **Gustavo Barroso - sol, mar e sertão**. Fortaleza: EUFC, 1988.
- CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano - breve memória da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza/ PMF, 1996.
- CORBIN, Alain. **Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)**. Paris: Aubier, 1988.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**. Fortaleza: EDUFC, 2011.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. O Pescador na Terra. In: José Borzacchiello da Silva; Tércia Cavalcante; Eustógio W. C. Dantas (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2007.

- DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.
- DURANT, Gilbert. **Champs de l'imaginaire**. Grenoble: Ellug, 1996.
- FERNANDES, Yaco. **Notícias do povo cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário eletrônico.
- FIGUEIRA, Luiz. Relação do Maranhão. In: **Três documentos do Ceará Colonial**, Introdução notas e comentários de Thomaz Pompeu Sobrinho. Fortaleza: Coleção História e Cultura, Departamento de Imprensa Oficial, 1967.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. **Principes de géographie humaine**. Paris: Éditions UTZ, 1995.
- LÉRY, Jean de. **Histoire d'un voyage en terre du Brésil**. Paris: Bibliothèque classique, 1994.
- LESTRINGANT, Franck. "Introduction". In: André Thevet, **Le Brésil d'André Thevet** - Les singularités de la France Antarctique (1557), édition intégrale établie, présentée et annotée par Franck Lestringant. Paris: Éditions Chandeigne, 1997.
- LESTRINGANT, Franck. In: Jean de Léry, **Histoire d'un voyage en terre du Brésil**. Paris: Bibliothèque classique, 1994.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Sur Jean de Léry : entretien avec Claude Lévi-Strauss. In: Jean de Léry, **Histoire d'un voyage en terre du Brésil**, texte établi, présenté et annoté par Frank Lestringant. Paris: Librairie Générale Française, 1994.
- LIMA, Herman. **Poeira do tempo** (memórias). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- LLINAS, Miguel Seguí. Tourisme, insularité et maritimité: la Corse et les Baléares, aux XIX^{ème} et XX^{ème} siècles. In: Françoise Peron et al., **La Maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.
- MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais**. Fortaleza: UFC, 1995, 203 p. [1^a edição - 1937].
- MORENO, Martins Soares. "Relação do Ceará", document publié et corrigé par Barão de Studart. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva-Assis Bezerra, 1905.
- PAIVA, Manoel de Oliveira. **A Afilhada**. Fortaleza: Ed. Anhambi, 1971.

PAIVA, Melquíades Pinto. Uma hipótese histórica - a caça do cachalote por indígenas cearenses. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXXII. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1968.

PERON, F. De la Maritimité... In: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (sous la direction de). **La maritimité: aujourd'hui**. Paris: Éditions Harmattan, 1996.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Relação do Maranhão: Introdução, notas e comentários. In: **Três documentos do Ceará Colonial** - Relação do Maranhão, Relação do Ceará e Diário de Matias Beck. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LI. Fortaleza: 1937.

PORTO, José da Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

RAOULX, Benoît. Les paradoxes de la maritimité : les îles Féroé, in : Françoise Peron et al., **La Maritimité aujourd'hui**, Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

SOUSA, Gabriel Soares de. Capítulo CXXVII: que trata dos homens marinhos. In: **Notícias do Brasil**. São Paulo: MEC, 1974.

THEVET, André. **Le Brésil d'André Thevet** - Les singularités de la France Antarctique (1557). Édition intégrale établie, présentée & annotée par Frank Lestingant. Paris: Éditions Chadeigne, 1997.

TROCHET, Jean René. **Géographie historique: hommes et territoires dans les sociétés traditionnelles**. Paris: Éditions Nathan, 1998.